



A subordinação camponesa na produção e comercialização de batata-doce: um olhar a partir da realidade do município de Moita Bonita/SE

Peasant subordination in the production and marketing of sweet potatoes: a look from the reality of the municipality of Moita Bonita/Sergipe/Brazil

Mara Íris Barreto Lima ¹ 

Josefa de Lisboa Santos ² 

Resumo

O presente artigo compreende parte dos resultados da pesquisa de Dissertação acerca da subordinação camponesa na produção e comercialização de batata-doce no município de Moita Bonita, no Agreste Central Sergipano. A reprodução do campesinato é histórica, considerando as múltiplas determinações que implicam na sujeição dessa classe para atender a lógica do lucro e do capital. A classe camponesa é forçada a produzir e comercializar alimentos que se tornaram mercadorias e, dessa forma, existe um ciclo vicioso que é demandado pelo mercado, no qual impõe aos trabalhadores a sua subordinação ao capital, reduzindo a sua autonomia quanto ao trabalho com a terra e a produção de culturas típicas do campesinato. Nesse sentido, objetivamos neste artigo analisar a sujeição da classe camponesa na produção e comercialização de batata-doce para o mercado, no contexto de expansão das relações capitalistas no campo no município de Moita Bonita/SE. À guisa dos resultados, observou-se como o fracionamento da terra, com o minifúndio, agrava a concentração fundiária no espaço agrário, bem como a presença de um único cultivo, a batata-doce, dificulta a diversificação de outras culturas em razão do tamanho da terra e a captura da renda camponesa pelo mercado. A pesquisa, de abordagem quali-quantitativa, contou com levantamento bibliográfico e de dados junto aos órgãos pertinentes, além de entrevistas semiestruturadas. Os dados foram investigados à luz do Materialismo Histórico e Dialético, permitindo entender a produção do espaço agrário sergipano como simulacro das relações capitalistas, as formas camponesas de reprodução social e os níveis de reafirmação da mercadoria.

Palavras-chave: batata-doce; campesinato; mercadoria; monopolização da produção; espaço agrário sergipano.

¹ Secretaria de Educação e Esportes de Pernambuco (SEE/PE). Petrolândia, PE, Brasil.
E-mail: mar21iris@gmail.com

² Universidade Federal de Sergipe (UFS). Graduação e Pós-Graduação em Geografia. São Cristóvão, SE, Brasil. E-mail: josefalisufs@gmail.com

Abstract

This article is part of the results of my dissertation research on peasant subordination in the production and marketing of sweet potatoes in the municipality of Moita Bonita, in the Agreste Central region of Sergipe, Brazil. The reproduction of the peasantry is historical, considering the multiple determinations that imply the subjection of this class to the logic of profit and capital. The peasant class is forced to produce and market food that has become a commodity and, in this way, there is a vicious cycle that is demanded by the market, in which it imposes on workers their subordination to capital, reducing their autonomy in terms of working with the land and producing typical peasant crops. In this sense, the aim of this article is to analyze the subjection of the peasant class in the production and commercialization of sweet potatoes for the market, in the context of the expansion of capitalist relations in the countryside in the municipality of Moita Bonita/SE. As a result, we observed how the fractioning of land, with smallholdings, aggravates land concentration in the agrarian space, as well as the presence of a single crop, sweet potatoes, which makes it difficult to diversify other crops due to the size of the land and the capture of peasant income by the market. The research, which took a qualitative-quantitative approach, included a bibliographical survey and data from the relevant bodies, as well as semi-structured interviews. The data was investigated in the light of Historical and Dialectical Materialism, allowing us to understand the production of Sergipe's agrarian space as a simulacrum of capitalist relations, the peasant forms of social reproduction and the levels of reaffirmation of the commodity.

Keywords: sweet potatoes; peasantry; commodity; monopolization of production; agrarian space in Sergipe.

Introdução

Historicamente, Lênin (1982) realizou estudos sobre a subalimentação do campesinato da Rússia czarista, na qual a massa de camponeses pobres se alimentava mais de batatas, ao passo que as famílias camponesas mais abastadas se alimentavam de trigo, centeio e carnes. Este quadro revelou as assimetrias na alimentação entre os estratos sociais da classe, pois “o traço distintivo desses grupos são a insuficiência de alimentação e a deterioração da sua qualidade (a batata)” (Lênin, 1982, p. 106).

Para além de um contexto particular da Rússia é evidente a importância no cultivo de batata-doce, tendo em vista também o baixo dispêndio de capital na produção, bem como sua grande importância social. De acordo com o Centro Internacional de Batata (CIP, s.d.), a raiz possui histórico importante em escala mundial, sobretudo em países da África Subsaariana e da Ásia, onde o alimento evitou que

milhões de pessoas morressem de fome na China na década de 1960, assim como em Uganda, salvando milhares de sujeitos que tiveram suas plantações de mandioca acometidas por vírus na década de 1990 (CIP, s.d.).

A produção de alimentos é uma prática histórica das unidades produtoras camponesas. O cultivo de batatas vem sendo buscado em razão dos seus múltiplos usos, nas feiras livres, redes de supermercados e Centrais Estaduais de Abastecimento (CEASAS), nas atividades pastoris, nos perímetros irrigados, nos alimentos voltados à merenda escolar e na produção da farinha por meio da Cooperativa de Produção da Agricultura Familiar e Economia Solidária (Cooperafes) no município de Moita Bonita, Sergipe. Esses destinos elucidam os interesses por parte do mercado que impõe o aumento da produção e a comercialização da raiz.

No campo sergipano, observou-se uma crescente demanda da produção em uma realidade de sujeição do campesinato ao capital. A subordinação dos trabalhadores camponeses na produção de alimentos está também atrelada à realidade de fracionamento da terra enquanto expressão da concentração fundiária e do mercado capitalista de terras³.

Diante desse processo em curso, a produção da raiz se insere nessa dinâmica de dependência ao mercado e de fracionamento, como tendência, assim como vem se tornando expressão de monopolização da produção no Agreste Central Sergipano. Por ser produzida principalmente em países de dependência do centro capitalista, a batata-doce tem grande peso social para o suprimento das populações mais pobres, visto que é a quinta safra alimentar mais importante e a sexta cultura alimentar depois do arroz, trigo, batata, milho e mandioca, segundo o Centro Internacional de Batata (CIP, s.d.).

A batata-doce pode ser cultivada em terrenos de baixa fertilidade, sem exigência de tecnologias modernas, muito embora, mais recentemente, no Brasil a irrigação esteja aparecendo como impulsionadora da produção. Em Sergipe, no município de Moita Bonita e no entorno do município de Itabaiana a produção realizada em perímetros irrigados vem ampliando a produtividade média da quantidade produzida no estado, o que é incentivada por órgãos como a Embrapa, por exemplo.

A produção mundial de batata-doce em 2018, de acordo com a Organização das

³ Concordamos com Souza (2009, p. 121) quando ele nos apresenta: “a terra como propriedade privada cinge um valor monetário (troca) e cinde dimensões subjetivas camponesas [...]”.

Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO, 2014) foi cerca de 92 milhões de toneladas cultivadas em mais de 8 milhões de hectares. No Brasil,

A produtividade anual é de 12,2t ha-1. O Rio Grande do Sul é o maior produtor, com 153.770t e produtividade de 12,5t ha-1. Sergipe contribui com 40.600t, e representa o maior produtor do Nordeste, com produtividade anual de 12,1t ha-1. **O município de Moita Bonita apresenta a maior produtividade do estado de Sergipe com 15,0t ha-1** (Alves, 2014, p. 04, grifo nosso).

A realidade concreta revelou que a produção de alimentos no Brasil é uma prática histórica das unidades de produção familiares camponesas (também presentes em terras indígenas e quilombolas), cuja dimensão de produção condiciona outro ritmo da relação Sociedade-Natureza, priorizando a Segurança e Soberania Alimentar mediante o combate à fome da população. A batata-doce é um alimento tipicamente produzido por camponeses, em unidades produtoras com este perfil e vem se transformando em mercadoria que serve aos interesses da competição do mercado.

Para Marx (2017), a riqueza das sociedades em que domina o modo de produção capitalista está ancorada na acumulação de mercadorias. Em seus meandros, a condição de dependência às exigências do capital vem impondo novas formas de subordinação e exploração dos trabalhadores do/no campo, bem como na lógica de produção da mercadoria. De acordo com Souza (2009, p. 115), “o capitalismo se ocupa em primeira instância com a mercadoria, nela está a síntese de sua realização [...]. Em segunda instância do que a produz (o trabalho)”.

A expansão da produção e comercialização da raiz no campo sergipano se relaciona também ao contexto de redução da produção de mandioca. O cultivo desta última é um ciclo longo, entre 8 a 10 meses, podendo se estender a 12 meses ou mais, diferentemente do cultivo da batata-doce, que dura entre 12 a 35 semanas, sendo que a maior parte das colheitas pode atingir de 12 a 22 semanas, de acordo com a Embrapa. Nas falas dos camponeses entrevistados, a produção de mandioca significa maior dispêndio de dinheiro e até mesmo de força de trabalho, já a produção de batata-doce garante o sustento dessas famílias por menor período de tempo.

Desse modo, o objetivo da pesquisa foi analisar, no contexto de expansão das relações capitalistas no campo, a sujeição camponesa na produção e comercialização de batata-doce para o mercado no município de Moita Bonita, Sergipe. Ademais, como

relação que transcende o tempo e o espaço, acompanhou-se o movimento de todo o processo de produção: semeadura, colheita, lavagem, ensacamento e comercialização.

Para além da Questão Agrária numa realidade que é parte de uma totalidade maior, devemos entender que a investigação é um processo, portanto, inacabado. A batata-doce é um alimento entre tantos outros, e sua especificidade não nos limitou a realizar uma leitura restrita, pois compreendemos as múltiplas relações e determinações sociais. Assim, para alcançar o objetivo proposto, adotou-se como método o Materialismo Histórico e Dialético, enquanto forma de desvelar as contradições imbrincadas na realidade concreta e as facetas perversas que são oriundas da lógica do capital e da mercadoria.

Consoante a isto, segundo Paulo Netto (1985):

Uma compreensão teórica rigorosa da sociedade só é possível à medida que o ser social pode aparecer aos homens como algo específico, isto é, como uma realidade que, necessariamente ligada à natureza (ao ser natural, orgânico e inorgânico), tem estrutura, dinâmica e regularidades próprias (Paulo Netto, 1985, p. 16).

A metodologia adotada no presente escrito seguiu uma abordagem quanti-qualitativa, apresentando dados e informações relevantes para a análise da problemática estudada. A realização de trabalhos de campo, bem como a realização de entrevistas semiestruturadas foram necessárias para se aproximar dos sujeitos investigados: trabalhadores camponeses que produzem e comercializam a raiz, bem como a presença de atravessadores que fazem a intermediação na dinâmica do mercado capitalista.

A expansão do cultivo provoca mudanças significativas no município de Moita Bonita em tempo que afirma a importância da produção de alimentos, como o caso da batata-doce, na garantia da sobrevivência de inúmeras famílias camponesas. Os locais visitados expressam as condições dos camponeses, que permanecem no trabalho, em pequenas parcelas de terra, ao mesmo tempo, em grande número constituem também o local de morada de suas famílias.

Portanto, as múltiplas questões apresentadas ao longo da pesquisa reafirmaram o peso do trabalho camponês, a exploração e subordinação desses trabalhadores à mercê do capital e de suas façanhas, bem como as formas de resistência e permanência se fizeram e se fazem urgentes no espaço agrário sergipano.

Em vista disso, considerou-se como o objeto de estudo parte de uma análise da

realidade considerada em sua totalidade, assim, “todo objeto é, ao mesmo tempo, singular, particular e universal. A própria natureza nos mostra isso” (Tonet, 2013, p. 113). O real concreto dá sentido à leitura de movimento, mediada por sujeitos sociais, portanto, sujeitos que se transformam e que se articulam em uma interdependência de processos, em um conjunto maior de relações efetivas.

Compreendendo o Campesinato nas relações concretas

Historicamente, a terra, a família e o trabalho se tornaram categorias inseparáveis da classe camponesa. Mesmo existindo sob formas autônomas de organização e estrutura, tal classe é circunscrita no espaço-tempo sem perder o vínculo com sua unidade de produção que é a terra e a sua transformação em meio do trabalho.

Conceição (1991) compreende que o conceito de camponês estava intrinsecamente relacionado às determinações de tempo e de sociedade. Para a autora,

A palavra camponês está marcada em um determinado tempo por um determinado grupo social, e ao se perpetuar ela passa a interiorizar a função do signo ideológico e lingüístico que representa uma época e que no processo da vida cotidiana, no hoje, ainda não rompeu com sua antiga representação (Conceição, 1991, p. 6).

A princípio, o conceito de campesinato congrega a produção de base familiar, ou seja, em que o trabalho da família garante a condição de reprodução ou a condição de existência dessa unidade familiar, delineando ao mesmo tempo o sentido de unidade *terra-trabalho-família*, que é mantido na sua conceituação nos tempos contemporâneos.

Para Marques (2008), a atualidade do conceito de camponês se traduz na persistente Questão Agrária, tal como se delimita na compreensão da realidade fundiária a partir de sua história e de suas nuances sociopolíticas, pois

Enquanto o campo tiver a marca da extrema desigualdade social e a figura do latifúndio se mantiver no centro do poder político e econômico - esteja ele associado ou não ao capital industrial e financeiro -, o campesinato permanece como conceito-chave para decifrar os processos sociais e políticos que ocorrem neste espaço e suas contradições (Marques, 2008, p. 58).

Neste sentido, a autora, acompanhando Theodor Shanin (2005), entende “o campesinato como uma classe social e não apenas como um setor da economia, uma

forma de organização da produção ou um modo de vida” (Shanin, 2008, p. 58). Considerá-lo um sujeito em luta é levar em conta que ele enfrenta relações de subalternidade, ele estabelece enfrentamentos contra o capital e as formas/relações que garantem a sua permanência na unidade de produção familiar.

A literatura que fundamenta os olhares para o campesinato já foi amplamente situada nas Ciências Sociais de forma a nos convencer sobre a importância e mudanças desse sujeito social na história de longa duração. Pensadores como Teodor Shanin, Karl Kautsky, além das contribuições de Ariovaldo Umbelino de Oliveira, Alexandrina Luz Conceição, Marta Inês Marques, Eliane Tomiasi Paulino e José Gilberto de Souza ajudaram a refletir sobre quem é e como age o camponês para continuar existindo.

Diferente de Lênin (1982), compreende-se que para o campesinato continuar resistindo no contexto de desenvolvimento do capitalismo, ele recorre à vinculação à economia dominante, à agricultura nos moldes capitalistas, de modo a não desaparecer, conforme observa Teodor Shanin (2005):

Parece querer dizer que, sob certas condições, **os camponeses não se dissolvem**, nem se diferenciam em empresários capitalistas e trabalhadores assalariados, e tampouco são simplesmente pauperizados. **Eles persistem, ao mesmo tempo em que se transformam e se vinculam gradualmente à economia capitalista circundante, que pervade suas vidas [...]** (Shanin, 2005, p. 9, grifos nossos).

Shanin (1930-2020) afirma que a classe camponesa é heterogênea e sua definição é entendida como um complexo resultado de transformações da realidade, em distintos contextos históricos e sociais (Shanin, 2005). As tendências das suas formas de organização política tendem a negar o capital, e este por sua vez, ao mesmo tempo em que se reproduz e avança criando novas relações capitalistas de produção, reproduz violenta e contraditoriamente, as relações camponesas de produção.

O autor também apresentava o campesinato como uma classe social que era, ao mesmo tempo, um “mundo diferente”, com seus modos ou padrões de vida singulares. Para Shanin, o campesinato se caracterizava como uma classe social de baixa “classicidade”, na qual inserida na sociedade capitalista, de maneira subordinada, levantava-se em momentos de crise (Shanin, 1979).

O campesinato diferencia-se da sociedade capitalista como modo de vida

particular, não somente pelo fato de que o camponês já existia antes do capitalismo, mas, sobretudo, porque seu modo de vida é sustentado na ajuda recíproca entre os integrantes da comunidade, ou seja, prevalece a parceria e o trabalho familiar.

Não é característica dessa classe o processo de acumulação de capital, mas sim a busca de trabalho que objetiva a geração de renda, enquanto meio de sobrevivência que visa garantir a sua reprodução material e cultural, mesmo que tenha que vender o excedente que é produzido em sua terra sob as determinações capitalistas. Um dos princípios do campesinato é a ajuda mútua, adaptando-se aos diferentes contextos, tendo o trabalho como fio condutor da produção para a subsistência e para a comercialização.

O que se quer dizer é que os camponeses representam uma especificidade de características sociais econômicas, que aparecerão em qualquer sistema societário em que operem. Que dizer também que a história camponesa se relaciona com as histórias societárias mais amplas, não como seu simples reflexo, mas com medidas importantes de autonomia. Em poucas palavras, significa que uma formação social dominada pelo capital, que abarque camponeses, difere daquelas em que não existem camponeses (Shanin, 2005).

Paulino (1997, p. 7) escreveu também que a entrada do campesinato no mercado, “através do trabalho acessório constituía-se em um ciclo vicioso, pois à medida em que esta classe passava a trabalhar para outrém, menos tempo se dedicava à sua própria unidade, reduzindo assim a produção interna”, considerava que o trabalho acessório provocava, “consubstanciado nas migrações temporárias dos camponeses em busca de trabalho, mudanças qualitativas, proporcionadas pela convivência com os operários”.

Refletia-se assim a tese de que a classe camponesa, incorporada ao mundo proletário, adentrava na subsistência proveniente do mercado de trabalho, e não mais nas atividades internas das suas unidades familiares. No entanto, não significava a sua destruição, mas sim a sua inserção no modo econômico dominante.

O sentido de classe, compreendendo os interesses em comum dos sujeitos camponeses (a terra, o trabalho, a família, a produção de alimentos e a criação de animais, dentre outros), está permeado pelo curso histórico em que se encontram esses sujeitos e como eles se organizam a partir das mudanças que lhes são impostas. Ainda conforme Kautsky,

A família do camponês da Idade Média constituía uma sociedade econômica bastando-se inteiramente, ou quase inteiramente, a si mesma, uma sociedade que não apenas produzia os seus gêneros alimentícios, mas também construía a sua casa, os seus móveis e utensílios domésticos; fabricava mesmo a maior parte das ferramentas grosseiras com que curtia peles, preparava o linho e a lã, confeccionava as suas roupas, etc. O camponês ia certamente ao mercado, mas unicamente para vender o sobejo do que produzia, e apenas comprava o supérfluo, exceto o ferro que empregava, aliás na menor quantidade possível. Do resultado do mercado poderiam depender a sua abastança e o seu luxo, mas nunca a sua existência (Kautsky, 1986, p. 11, grifos nossos).

O camponês do período feudal não é o mesmo camponês na atualidade do modo de produção capitalista, em que pese a produção do espaço por diferentes sujeitos sociais, a apropriação da Natureza, a manutenção das antigas e novas questões fundiárias, mudanças e permanências no mundo do trabalho e como se visualizam as lutas do/no campo⁴ (por permanência na terra e produção de alimentos) (Lisboa; Ramos Filho; Santos, 2019).

Com o advento da indústria visceralmente urbana, esse camponês perde o controle da pequena indústria artesanal e passa a ser refém da dinâmica comercial imposta pela grande indústria, que não só revolucionou a cidade, mas atingiu, sobretudo, a população do campo. O que determina essa fase na história da humanidade é a própria Divisão Internacional do Trabalho (DIT). Com o avanço das tecnologias e da ciência, a indústria aparece como produto, inclusive também da fratura na base essencialmente camponesa, no trabalho artesanal, quando todos tinham controle do que era produzido e da posse dos meios de produção necessários.

Essa divisão não só separou produtor direto e trabalho, mas modificou a matriz produtiva e a dinâmica da vida camponesa, agora submersa cada vez mais na vida urbanacomercial. Para Kautsky (1986, p. 13), “a dissolução da indústria do camponês que produzia para si mesmo já começara na Idade Média” e provocou a sua dependência ao mercado, visto que o camponês estava subordinado à lógica de produção de mercadorias que seria funcional à grande indústria urbana, enfraquecendo a organização do campesinato.

⁴ De acordo com Lisboa, Ramos Filho e Santos (2019), “o cenário impõe ainda mais organização, exige a elaboração de redes de mediadores e apoiadores para fazer frente ao quadro de lutas e ao aumento da violência que se apresentam para o campo no quadro atual das relações capitalistas”.

Desse modo, a organização camponesa ora vai servir aos interesses capitalistas, quando é garantida a produção de mercadorias, ora é a sua negação, quando não parte do lucro como objetivo, mas sim a geração de renda e o trabalho de base familiar (onde não há o assalariamento, mas sim a vigência do trabalho coletivo). Todavia, como relação de dependência, o modo de produção atual necessita das relações não capitalistas para exercer seu expansionismo, bem como controlar a força de trabalho e legitimar o seu domínio.

Em direção oposta, nas relações camponesas de produção, mantêm-se as relações umbilicais com os meios sociais de subsistência, ou seja, com a terra, o trabalho e os seus instrumentos. E mesmo sob o jugo do capital, estas relações não foram suprimidas, pelo contrário, elas são tão necessárias ao capitalismo em virtude de sua captura ao processo de realização do lucro. De acordo com Souza (2009, p. 115), “o capitalismo se ocupa em primeira instância com a mercadoria, nela está a síntese de sua realização”.

A partir das relações capitalistas de produção, além da redefinição dos antigos laços, subordinam-se as relações não capitalistas, ou seja, as relações camponesas de produção. Trata-se da incorporação destas últimas de modo equitativo e contraditoriamente necessárias à reprodução do capital, pois na agricultura, o processo de subordinação das relações não capitalistas se faz pela apropriação e monopolização.

Produção para o mercado: subordinação do campesinato sergipano

Nos relatos dos camponeses durante as pesquisas de campo, observou-se um quadro de sujeição da renda camponesa ao capital. De acordo com Oliveira (2007, p. 32) está se dando um movimento de apropriação da renda sem se ser o proprietário da terra. É um cenário em que o capital vai se reproduzindo “pela via não especificamente capitalista”.

Mesmo que o proprietário desse meio de produção não seja o mercado capitalista, mas sim o camponês, o capital tende a monopolizar, ou seja, ele concentra suas formas de alcançar o lucro e, dentre elas, a própria sujeição do campesinato na terra de trabalho, explorando-o através de seus mecanismos.

Apesar de existir certa autonomia na produção camponesa, especialmente a partir da divisão do trabalho familiar que não necessita do sistema de assalariamento, a comercialização da batata-doce produzida pelo campesinato enquadra a renda da terra

que beneficiará o mercado e não o campesinato, confirmando o que alerta Oliveira (2007, p. 32): “o capital tem atuado, contraditoriamente, no sentido de criar e recriar as condições para o desenvolvimento da agricultura camponesa, sujeitando, portanto, a renda da terra ao capital”.

A sujeição da renda camponesa extraída da produção de batata-doce, com a ampliação das áreas de cultivo tem provocado preocupações com a homogeneização da paisagem⁵, especialmente no campo dos municípios de Moita Bonita e Itabaiana, no Agreste Central.

No ano de 2020, entre os maiores produtores de batata-doce do estado cinco dos municípios prevaleciam no Agreste, a saber: Itabaiana, Moita Bonita, Ribeirópolis, Malhador e Campo do Brito. No entanto, o Centro Sul também se destacava com a produção no município de Lagarto (Tabela 1).

Tabela 1 - Batata-doce: área plantada e quantidade produzida
em municípios de Sergipe, 2020

Municípios	Área plantada (hectares)	Quantidade produzida (toneladas)
Itabaiana	1.900	23.750
Moita Bonita	1.400	22.400
Ribeirópolis	193	2.702
Malhador	200	2.800
Lagarto	86	1.376
Campo do Brito	80	1.280

Fonte: IBGE/PAM, 2020. Org.: autoras, 2023.

No Agreste de Itabaiana, observa-se um quantitativo expressivo de toneladas produzidas em poucas terras, enquanto as grandes propriedades, nos limites dos minifúndios, são voltadas à produção de cana-de-açúcar, milho e laranja, principalmente.

Segundo Antonello (2001), essa realidade é explicada pela intensa subordinação do campesinato ao modo de produção capitalista, pois “na situação de despojado de

⁵ Contribuição do Professor José Gilberto de Souza, durante a banca de Qualificação em 18 jul. 2022.

condições materiais [...], o camponês não introjeta o espírito da produção capitalista, mas é introjetado” (Antonello, 2001, p. 169).

Os dados revelaram que a pequena propriedade através do trabalho camponês consegue produzir muitas toneladas de alimentos em pequenas áreas plantadas. Mas significa também, a expressividade que tem a produção de mercadorias em municípios conhecidos pela presença da policultura e do consorciamento em pequenas propriedades.

No curso histórico identificou-se o crescimento do cultivo de batata-doce e a queda expressiva da produção de mandioca. O argumento referente à substituição desta última pela batata-doce deve ser respeitado, haja vista que a mandioca passa a integrar uma cadeia produtiva de força no município de Lagarto, onde a atividade incorporou mais tecnologia e está concentrada em poucos médios beneficiadores da farinha, que comprem o produto in natura, contratam força de trabalho em condições precárias, produzem e beneficiam o produto e vendem a farinha em todo o estado.

Nesse último município há um movimento de monopolização da produção desse cultivo, que sempre foi carro chefe da produção camponesa em todo o Nordeste. O campesinato continua a plantar a mandioca, mas em Lagarto, ele é obrigado a vendê-la in natura e a vender trabalho ao capitalista que a beneficia e vende o produto, aprofundando a divisão da renda da terra e capturando as condições de reprodução de inúmeras famílias.

Por essa condição, foi possível entrevistar um senhor sobre os motivos da diminuição da produção de mandioca em áreas que existiam casas de farinha. O senhor Z. d. T., de 68 anos de idade, relatou:

Aí quer dizer que hoje pra fazer farinha tem que tirar dinheiro pra fora. Porque fazer farinha hoje é 3 ou 4 pessoas, se chegar 20 se ocupa, mas menos de 4 não faz. Se for botar 100 reais o dia pra esses trabalhadores não compensa, porque cadê a energia? Cadê o esterco? Eu digo todo dia isso aí: lavoura a gente só depende disso, hoje eu só planto pra comer (Entrevista concedida em maio de 2023, Povoado Saquinho, Moita Bonita, Sergipe).

A fala do entrevistado revela que existem mais custos do que ganhos para plantar mandioca e fazer a farinha, além de citar as despesas com o dia de trabalho dos trabalhadores temporários e os meios (equipamentos, energia) para a sua realização. O relato transmite ainda a importância de se plantar para comer.

O entrevistado informou também que compra a farinha de mandioca fora do povoado: “eu comprei 2 quilos por 15 reais, porque só sou eu e ela [mencionando a esposa]. A gente tem a casa de farinha aqui que é só pra família mesmo. Mas no fim eu acabo comprando porque não compensa fazer muita” (Z. d. T., Entrevista em maio de 2023, Povoado Saquinho, Moita Bonita, Sergipe).

Era muito comum a presença de casas de farinha de produtores individuais e vinculadas às associações de moradores, até o início desse século. A presença desses prédios abandonados por todo o estado sintetiza a realidade da expansão de outros cultivos em virtude de a mandiocultura ter se transformado nos últimos 20 anos em atividade monopolizada por pequenos empresários que exploram trabalho e monopolizam a compra do produto, sobretudo na região de Lagarto.

A relação entre a dificuldade para continuar produzindo a mandioca e a expansão da batata-doce também foi questionada ao entrevistado:

- O senhor acredita que o aumento da produção de batata-doce se deve ao longo tempo para produzir e usufruir da produção da mandioca?

Em resposta, o entrevistado afirmou:

É porque a farinha de mandioca não dá preço e a batata é ligeiro. A batata ourinho só arranca com 4 meses, já a batata que estão plantando agora arrancam com 70 ou 80 dias. Com 3 meses já tá passado do tempo. Tem também uma batata roxa chamada coração de nego, ela é bem roxa, quem é boa é ela, agora só presta com 4 meses (Entrevista concedida em maio de 2023, Povoado Saquinho, Moita Bonita, Sergipe).

Assim, nos municípios de Itabaiana e Moita Bonita, observa-se que a produção de batata-doce (em toneladas) era superior a de mandioca entre os últimos censos agropecuários⁶ (Tabela 2).

Como se visualiza na Tabela 2, tanto no campo de Moita Bonita como em Itabaiana constam uma diminuição expressiva na produção de mandioca, entre 1995 e 2006, e um crescimento da produção de batata-doce superando o cultivo da raiz.

⁶ Em 1985, a porcentagem era de 31,90% de batata-doce e 63,17% de mandioca no município.

Tabela 2 - Itabaiana e Moita Bonita: produção de batata-doce e mandioca, 1995-2006

Cultivos	1995/1996		2006	
	Itabaiana	Moita Bonita	Itabaiana	Moita Bonita
	Produção (ton.)	Produção (ton.)	Produção (ton.)	Produção (ton.)
Batata-doce	9.277	4.269	79.495	6.410
Mandioca	7.423	5.048	17.414	3.545
Total	16.700	9.317	96.909	9.955

Fonte: IBGE/Censos Agropecuários, 1995-2006. Org.: autoras, 2023.

Compreendendo a espacialização da produção de batata-doce e sua superioridade em relação aos demais produtos, no município de Moita Bonita, entre semear, lavar, ensacar e vender a raiz, a sua produção se insere num cenário de intensa fragmentação da terra que não ocorre sem contradições, aprofundando a Questão Agrária no estado de Sergipe.

O fracionamento das terras de trabalho dos camponeses, a terra “do ganha pão” e da moradia é indiscutivelmente produto da concentração fundiária, principalmente às terras dos municípios que compõem a Microrregião do Agreste de Itabaiana⁷, onde o menor tamanho do Módulo Fiscal é de 20 hectares e onde predominam propriedades de tamanhos que variam entre 0 a menos de 5 hectares.

É indissociável pensar a produção e comercialização de batata-doce (Fotografias 1 e 2) no Agreste de Sergipe sem o processo de fragmentação da propriedade camponesa e a subordinação destes sujeitos ao monopólio do mercado capitalista. Enquanto avançam as estratégias de controle do capital sobre a terra e o trabalho, a luta do campesinato se faz emergente num contexto de ofensivas contra a autonomia e a condição de reprodução social.

A presença da pequena propriedade é motivo de disparidades na renda camponesa, haja vista que as famílias se reproduzem sobremodo com o trabalho no cultivo e na pecuária (em poucas terras considerando o Módulo Fiscal), e são as responsáveis pela vasta produção de e alimentos em contraposição à produção de *commodities* (soja, cana-de-açúcar e milho, principalmente). Por sua vez, o campesinato

⁷ Integra os municípios de Areia Branca, Campo do Brito, Itabaiana, Macambira, Malhador, Moita Bonita e São Domingos.

está circunscrito no circuito do capital, e que pode ser explicado pelo processo de produção e circulação simples da mercadoria, como é o exemplo da batata-doce.

Fotografias 1 e 2 - Sacos de batata-doce para o mercado em Moita Bonita, Sergipe, 2021



Fonte: Trabalho de campo, 2021. **Org.:** autoras, 2021.

No circuito da produção e comercialização, observa-se que o mercado em discussão é interno e tem-se observado a presença de atravessadores. A cadeia produtiva inclui camponeses produtores e atravessadores, aqueles ligados ao trabalho na própria terra ou enquanto parceiro ou comodatário, e estes que levam o produto ao mercado, subordinando e se apropriando da renda camponesa.

As contradições aparecem desde a produção, quando o camponês precisa de insumos do mercado capitalista, desde a água da irrigação (bem natural) comprado, que exigiu ainda a compra de equipamentos; o nitrogênio, até a entrega da produção a atravessadores, quando ela não é realizada pela cooperativa (que às vezes atua como atravessadora); à entrada da mercadoria no mercado e a subordinação aos preços ali praticados.

Entretanto, embora exista a subordinação direta desses trabalhadores ao fornecerem os seus produtos para a venda no mercado capitalista, a relação com a terra jamais se rompe. Para tanto, compreendemos que a partir do momento que um alimento se torna mercadoria, dentro de uma cadeia de produção, os preços desse “produto” vão modificando conforme os sujeitos e os destinos da comercialização.

Por compreender os destinos de comercialização da batata-doce, bem como os interesses do mercado, os atravessadores/intermediários são os responsáveis pela

compra, transporte e venda dos diferentes produtos do campo, e nessa relação investigamos a produção e comercialização da batata-doce. No campo, eles conseguem controlar o preço direto da produção camponesa, tendo em vista o rebaixamento do valor das mercadorias em seu processo inicial (conseguindo auferir maior renda posteriormente), além do poder de negociação com o consumidor final.

Entende-se ainda que esses atravessadores são os maiores beneficiados na apropriação da renda camponesa, existindo assim uma relação de subordinação. A tentativa de uni-los nas relações de trabalho existentes no campo, sobretudo no processo de produção até o processo de comercialização da raiz, nega a relação de exploração exercida por eles, pois os atravessadores são, produtores e comerciantes capitalizados que possuem uma visão mais ampla sobre o funcionamento do mercado.

Ademais, existe uma leitura sobre o conflito entre os camponeses e atravessadores, e como tal é importante a sua análise. A presença do capitalismo nessa relação deve ser respeitada, haja vista que esses sujeitos se encontram em posições diferentes quanto à apropriação da renda no campo. O que ocorre com o atravessador é justamente o sentido que ele tem enquanto sujeito capitalista, negando a condição da classe camponesa.

Os camponeses, enquanto se mantêm trabalhando na terra, são explorados direta e indiretamente pelo mercado capitalista, e nesse sentido, os atravessadores são mecanismos que estão ligados à produção e à circulação das mercadorias. A renda extraída, dada a natureza de dependência e subordinação, tem sido em grande parte apropriada pelo mercado e, por este ângulo, a batata-doce se torna amarga sob a égide das relações capitalistas no espaço agrário sergipano (Lima, 2021), como apontamos anteriormente.

A respeito destes atravessadores, Oliveira (2007) já ressaltava a sua atuação desde a transição da agricultura do feudalismo para o capitalismo, pois

Tornava-se, assim necessário o intermediário, comerciante, que passou a figurar entre o produtor e o consumidor. Assim, o produtor perdia o contato com os consumidores e perdia também a visão do próprio mercado. O comerciante aproveitava-se dessa situação para explorar o camponês (Oliveira, 2007, p. 18).

Conforme Oliveira (2007), o produtor camponês passava a ser subordinado à lógica desse comerciante. Embora o intermediário se tornasse subordinado ao mercado,

na definição dos valores, na oscilação dos preços da mercadoria, assim como na determinação dos produtos mais rentáveis produzidos no campo, não obstante, a presença do atravessador significa uma maior apropriação e divisão da renda camponesa sobre a produção agrícola.

O entendimento parte de outra premissa: os atravessadores são capitalizados, por vezes detentores de todos os meios de produção, paralelos ao Agronegócio, pois o atravessador tem uma relação direta com a exploração do trabalho do campesinato, notadamente porque o atravessador não nega a lógica capitalista. Considerou-se que o atravessador mergulha na dinâmica do mercado visando atender a obtenção do “lucro”, mantendo assim a desigual renda camponesa na produção dos alimentos comercializados.

É necessário identificar que, a partir de uma concepção errônea de “lucratividade” no campo para a classe camponesa se encontra impregnada uma ideia de lucro na sua produção, quando na verdade o que se tem é a renda extraída do trabalho e no produto deste. Para o atravessador, essa renda é de fato capturada para si, enquanto que o camponês é explorado.

O camponês não conseguiria lucrar, visto que não é capitalista e está desprovido de condições materiais (para além da venda de sua força de trabalho), mas o atravessador além de explorar a força de trabalho do camponês, obtém mais vantagens na comercialização do produto final. Para o campesinato o que se tem é a extração da renda e não o lucro.

O que ocorre no campo com a produção de alimentos é o seu oposto, pois a geração de renda é sempre uma relação de desigualdade entre os diferentes sujeitos, e no caso da batata-doce no Agreste Central Sergipano, notadamente em Moita Bonita, o campesinato se sujeita ao atravessador, além de se encontrar subordinado também ao mercado capitalista, ou seja, ao capital.

Nos trabalhos de campo observou-se uma tendência: 98% dos camponeses comercializam com os atravessadores, pois a minoria consegue diretamente vender nas feiras, por exemplo. Nessa realidade, o atravessador escoar toda a produção que sai das unidades de produção familiares, especialmente nos municípios de Moita Bonita (Fotografia 3) e Itabaiana, os dois maiores produtores do estado.

Fotografia 3 - Transporte de batata-doce na cidade de Moita Bonita, Sergipe, 2021



Fonte: Trabalho de campo, 2021. **Org.:** autoras, 2021.

Na realidade do município estudado, são os atravessadores que exercem as maiores condições de interferir na comercialização da produção camponesa, encarecendo-a e mantendo o cordão umbilical da dependência. Isso tudo vem provocando o aumento da produção agrícola às exigências do mercado. Os atravessadores, por meio das negociações, conseguem manter um vínculo negativo com os pequenos produtores na produção do alimento-mercadoria.

A realidade mostra que a falta de organização é um dos principais motivos pelas perdas dos pequenos produtores camponeses, que em sua maioria não consegue levar os alimentos que produzem para outros lugares, além de não serem assistidos pelos órgãos públicos, notadamente quanto aos incentivos de políticas públicas. No entanto, entende-se que a saída não ocorre a partir das relações capitalistas de produção, pois o incentivo dessas organizações deve partir do conjunto da classe trabalhadora tomando os meios de produção e tornando possível o controle do que é produzido e que deveria ser justamente socializado.

Na atualidade, essa exploração indica uma natureza de dependência dos sujeitos pobres no campo, o que compreende o estranhamento do trabalhador na produção de alimentos e na desigual apropriação/divisão da renda camponesa, visto que é usurpada inteira ou parcialmente pelos mecanismos de subordinação e exploração do capital. Nesse caso, o atravessador aparece como um desses mecanismos sem que o campesinato perceba. Por conseguinte, entende-se que é necessário reafirmar uma questão: a terra garante a reprodução da vida para o trabalhador camponês, enquanto o

atravessador se beneficia com a exploração de seu trabalho e o fruto dele, ou seja, o alimento que se tornou mercadoria.

É possível entender, conforme as discussões iniciais dessa pesquisa, que a terra tem outro sentido para a classe camponesa: a condição de sobrevivência e existência dos trabalhadores do/no campo. Há de se considerar que ela dispõe de tudo: trabalho, alimento, água e reprodução para milhares de famílias e, por isso, ela é um bem irreproduzível. A terra é, para a classe trabalhadora, território de vida. É território porque parte das relações de poder, é uma relação dialética que inclui o espaço de lutas entre suas classes sociais (Souza, 2009).

Considerações finais

Sob o modo de produção capitalista, ou melhor, o modo de destruição capitalista, as necessidades básicas não são prioridades, pois se prioriza a mercadoria, e dela, o lucro para alguns e a exploração para a classe trabalhadora. É com esse movimento da circulação da mercadoria que o capital sobrevive explorando milhões de trabalhadores no mundo inteiro. É através da exploração e subordinação do trabalho concreto que o capitalismo legitima o seu poder e se reproduz no espaço.

O trabalhador camponês é inserido nas novas dinâmicas da circulação da mercadoria, capturado pelos fetiches do capital que pressupõe a tentativa de destruição das relações tradicionais de produção. As relações de trabalho históricas do ser camponês (a) subexistem através das formas variadas de resistências desse sujeito.

Com efeito, a produção de mercadorias antecede a existência do modo de produção/destruição capitalista, mas é ele quem provocou a sua generalização e intensificação. Com o desenvolvimento do capitalismo mundialmente, o sistema ampliou a produção para o mercado nos diversos setores e áreas. Tudo é mercadoria.

Outrossim, no município de Moita Bonita, o que tem se intensificado é a apropriação da renda que envolve a produção de batata-doce, sujeitando os camponeses à dinâmica capitalista. A maior fatia dessa renda vai se concentrar no mercado, enquanto o camponês que é explorado e comercializa a raiz a preços vis, extrai a menor fração, mergulhando-se num ciclo vicioso como discutimos ao longo desse trabalho.

Ao se compreender o campesinato nas relações concretas, nos permitimos entendê-lo como sujeitos sociais históricos - que se organizam e se deslocam para permanecer camponês. Constituem-se enquanto classe, que luta pelo direito à terra de vida, no movimento histórico. Permite entender que o seu lugar, a terra, tem uma função social e que por isso, vai além de uma definição, uma cristalização, apesar da existência dos conflitos e das contradições.

As estratégias utilizadas pelos trabalhadores do/no campo para se reproduzir e para permanecer na terra de trabalho são expressões reais da questão camponesa, especialmente a questão da produção de alimentos. Na terra e no ato de laborar, o camponês planta a semente com a esperança de colher um futuro mais justo e mais digno de sua existência.

Referências

- ALVES, Rodrigo Pereira. **Diversidade morfológica, agronômica e potencial para produção de etanol de germoplasma de batata-doce**. São Cristóvão, 2014. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas). Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas da Universidade Federal de Sergipe, UFS, 2014. Disponível em: <https://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/6577> Acesso em: 30 abr. 2025.
- ANTONELLO, Ideni Terezinha. **A metamorfose do trabalho e a mutação do Campesinato**. São Cristóvão: NPGeo, UFS, 2001.
- CIP - Centro Internacional de Batata. **International Potato Center: sweetpotato**. Lima, Peru, [s.d.]. Disponível em: <https://cipotato.org/sweetpotato/>. Acesso em: 20 jun. 2020.
- CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. **A Questão Camponesa: O Olhar sob o Signo Dialético**. São Cristóvão, 1991. Dissertação (Mestrado em Geografia). Núcleo de Pós-Graduação em Geografia (NPGeo), Universidade Federal de Sergipe, UFS, 1991.
- FAO - Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura. **O estado da Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil: um retrato multidimensional**. Relatório 2014. Brasília, ago. 2014.
- KAUTSKY, Karl. **A Questão Agrária**. São Paulo: Nova Cultural, 1986.
- LÊNIN, Vladimir Ilich. A Desintegração do Campesinato. In: LÊNIN, Vladimir Ilich. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria**. Série “Os economistas”. (trad. José Paulo Netto). São Paulo: Abril Cultural, 1982, p. 35-121.

LIMA, Mara Íris Barreto. A batata-doce pode ser amarga: produção para o mercado e fragmentação da propriedade camponesa. In: ENANPEGE, 14., Campina Grande. **Anais do XIV ENANPEGE**. Campina Grande: Realize Editora, 2021. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/78516>. Acesso em: 20 jan. 2022.

LISBOA, Josefa; RAMOS FILHO, Eraldo da Silva; SANTOS, Laiany Rose Souza (org.). **Ajuste espacial do capital no campo** – Questões conceituais e R-Existências. Aracaju: ArtNer Comunicação, 2019.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. A atualidade do uso do conceito de camponês. **Revista NERA**, n. 12, p. 57-67, jan.-jun. 2008. DOI: <https://doi.org/10.47946/rnera.v0i12.1399> Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1399>. Acesso em: 20 jul. 2024.

MARX, Karl. **O Capital**. Crítica da Economia Política: livro I: o processo de produção do capital. Tradução de Rubens Enderle. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007.

PAULINO, Eliane Tomiasi. A questão agrária e o campesinato: um retorno aos clássicos. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, v. 19-20, 1997, p. 05-27.

PAULO NETTO, José. **O que é marxismo**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

SHANIN, Teodor. **Campesinos y sociedades campesinas**. México, Fondo de Cultura Económica, 1979.

SHANIN, Teodor. A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista. **Revista NERA**, n. 7, p. 1-21, jul.-dez., 2005. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1456>. Acesso em: 21 ago. 2024.

SOUZA, José Gilberto de. Limites do Território. **Revista AGRÁRIA**, [S. l.], v. 0, n. 10-11, p. 99-130, 2009. ISSN 1808-1150. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.1808-1150.v0i10-11p99-130> Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/agraria/article/view/155>. Acesso em: 13 nov. 2024.

TONET, Ivo. **Método Científico**: uma abordagem ontológica. São Paulo: Instituto Lukács, 2013.

Recebido em 17/03/2025.

Aceito para publicação em 23/04/2025.